

## Sessões Ordinárias

Área: 6. Economia Agrária, Espaço e Meio ambiente - 6.1. Economia, Espaço e Urbanização

### **Economia da Zona da Mata de Pernambuco: Algo de Novo? Mais do Mesmo?**

**João Policarpo R. Lima, Malu Pinto e Syllas Ferreira.<sup>1</sup>**

#### **Resumo**

Este trabalho examina o panorama atual das atividades econômicas da Zona da Mata de Pernambuco com o objetivo de identificar aspectos de mudança e de continuidade, bem como de buscar possíveis explicações para tais tendências que possam levar a melhorias nos padrões sabidamente insatisfatórios de qualidade de vida da sua população. O espaço da Zona da Mata é objeto do processo de acumulação de capital, concentrado na agro-indústria da cana, havendo momentos de expansão e de retração em função dos movimentos de seus mercados, particularmente do mercado internacional. Ao lado disso, observa-se também, movimentos de valorização de capital em alguns espaços urbanos da região, atraídos pelas facilidades da política estadual de incentivos fiscais, tendo ainda o Complexo Industrial Portuário de Suape como forte indutor de novos investimentos, que se localizam em cidades próximas e que tendem a provocar mudanças qualitativas na base econômica da região.

#### **Abstract**

The paper examines nowadays economic activities in Pernambuco's Forrest Zone worried with aspects of maintenance and changes which imply in patterns of life quality. This Zone is dominated by capital accumulation in sugar cane agro industry, which is particularly affected by the world market. In parallel, it is observed capital expansion in urban sectors attracted by fiscal incentives, which tends to imply changes in economic structure and have potentially capacity to expand patterns of life.

#### **1. Introdução**

A economia da Zona da Mata do Nordeste é sabidamente dominada pela produção de cana-de-açúcar e seus derivados desde a constituição daquela que veio a ser denominada por Furtado (1959) a “primeira grande empresa colonial agrícola européia.” Desde então vem enfrentando momentos de expansão e declínio, acompanhando a evolução do mercado do açúcar e, mais recentemente, do álcool, bem como refletindo o comportamento de seus agentes econômicos, ou seja, fornecedores de cana e usineiros.

Durante décadas, ou séculos, os chamados agentes econômicos da Zona da Mata nordestina, embora apresentando heterogeneidades, vêm demonstrando traços de continuidade, lado a lado com algumas mudanças, sendo estas, em geral, mais lentas e menos profundas. Sem dúvida, surpreende a continuidade da hegemonia da agroindústria canavieira, tendo em conta as freqüentes fases de declínio historicamente observadas. No período colonial, os primeiros momentos de dificuldades foram postos pela saída dos holandeses do Nordeste e subsequente iniciativa dos mesmos de produzir açúcar nas Antilhas, com o estabelecimento de uma concorrência antes inexistente. Apesar de sentir o golpe, a estrutura produtiva de então foi capaz de sobreviver, embora definhando lentamente (Furtado, 1959), com base nos baixos custos variáveis da mão-de-obra escrava e na abundância de terras, sem grandes modificações estruturais. Nas Antilhas, a produção de açúcar ganhou dinamismo com novas variedades de cana, maquinaria mais

---

<sup>1</sup> Respectivamente, Professor do Depto de Economia da UFPE e pesquisador do CNPq e alunos do Curso de Economia da UFPE.

avançada, novos métodos de produção, novos derivados de cana como o rum, o que lhe conferiu vantagens significativas de custos de produção (Carvalho, 2002). Após a independência, este segmento vai acumular forças organizativas para se manter ativo e para obter o suporte do Estado quando ameaças e oportunidades se fizeram presentes (Lima, 1988). E o suporte estatal assumiu proporções diferenciadas com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool - IAA, em 1933, num momento de crise de superprodução, onde conflitos diversos colocavam em lados opostos produtores do Nordeste e do Sudeste, ao lado de disputas entre fornecedores de cana e usineiros. Estabelece-se assim uma intervenção bastante abrangente no setor, que envolvia, entre outras coisas, o estabelecimento de quotas de produção por unidade produtiva e por regiões, regulando-se ainda as exportações e os preços internamente.

Nesse modelo de intervenção, conforme Carvalho (2002: 267):

“A presença do Estado é absoluta. A reserva de mercado e a compra da safra garantiam a própria produção. A fixação de preço para a cana, álcool e açúcar garante a margem de lucro. A concessão de subsídios, especialmente em sua forma creditícia, viabiliza a produção por meio do mecanismo da equalização de custos em que a diferença de custo entre os produtores do Nordeste e do Centro-Sul seria coberta pelos subsídios originários da contribuição sobre a produção nacional de açúcar, transferidos pelo governo com o objetivo de proteger as regiões potencialmente menos competitivas, como a nordestina.”

Esse esquema de proteção, enquanto eliminava riscos e garantia lucros aos produtores gerava também a acomodação e podava os mecanismos da concorrência intercapitalista, o que afetou mais o ramo nordestino, menos eficiente e sujeito a condições menos favoráveis do ponto de vista do regime de chuvas e da topografia.

Nesse contexto, a extinção do IAA, em 1990, desnuda a menor eficiência de boa parte das unidades produtivas do Nordeste e lhes retira a rede de proteção. Em meio a esse novo ambiente, com a maioria das empresas industriais envolvidas em elevado nível de endividamento e com menor competitividade frente ao ramo do Centro-Sul, as empresas nordestinas foram expostas à concorrência e passaram por um processo de reestruturação, que levou ao fechamento de várias unidades e à concentração da produção, juntamente com a modernização de unidades industriais e a práticas gerenciais mais adaptadas ao jogo da concorrência intercapitalista.

“O resultado disso é o fechamento de 35 unidades produtivas de açúcar e álcool no Nordeste entre 1991/92 e 1999/2000. Isso implica redução de cerca de 31% das unidades nordestinas, enquanto no Brasil observou-se, no mesmo período, redução de pouco menos de 17% (Nascimento, 2001), o que mostra a maior concentração de problemas nessa região.” (Lima e Sicsú, 2002: 292)

“Embora ainda concentre o maior número de unidades produtoras de açúcar e álcool na região, o Estado de Pernambuco também concentrou, em termos nacionais, as perdas de usinas e destilarias que deixaram de funcionar, caindo de 42 para 28 (-14) o número delas, entre 1991/1992 e 1999/2000. Alagoas vem em seguida nesse ranking com uma perda de 11 unidades produtivas (Nascimento, 2001).” (Lima e Sicsú, 2002: 292/3)

Vale realçar, no entanto, que essa situação mais desfavorável no Nordeste deu lugar a reações diferenciadas, tendo o ramo alagoano buscado algumas estratégias de superação das dificuldades que envolveram a introdução de inovações tecnológicas com vistas à diferenciação de produtos, à diversificação produtiva (mel rico invertido, co-geração de energia, complementaridade com a pecuária, irrigação, mecanização, novas variedades de cana, etc (Carvalho, 1999). Em Pernambuco, onde as condições de

produção são menos favoráveis à mecanização, também podem ser notadas diferenciações com a introdução de alguns avanços tecnológicos e gerenciais (aproveitamento de áreas de várzeas, irrigação suplementar, otimização de processos produtivos, práticas de gestão profissionalizada etc) (Lima e Sicsú, 2002). Mais recentemente, tais movimentos inovativos vêm se tornando mais frequentes e abrangentes notando-se uma menor dispersão no quadro dos rendimentos agrícolas e da eficiência do parque industrial em Pernambuco (Sicsú, Kelner e Ferreira, 2010).

Em meio a essas transformações das unidades de produção de açúcar e álcool, a Zona da Mata de Pernambuco experimentou, concomitantemente, algumas mudanças. Com isso expectativas variadas foram sendo formadas sobre o sentido das mesmas e sobre sua profundidade. Trata-se aqui da tão esperada diversificação produtiva que colocaria em relevo a possibilidade de avanços sociais mais generalizados no nível de vida da população, avanços que não foram observados até aqui com a soberana hegemonia da atividade canavieira.

A reestruturação e diversificação da economia da Zona da Mata nordestina e pernambucana, diga-se, já era preconizada e recomendada no chamado Documento do GTDN, grupo de trabalho comandado por Celso Furtado, que terminou dando origem à Sudene. Em momentos diversos essa orientação pareceu ganhar musculatura para decolar, mas até aqui esses movimentos terminaram sendo abortados, seja por articulações políticas de usineiros e fornecedores de cana, seja pela ação das chamadas forças do mercado.

Não cabe aqui relatar tais situações específicas, mas vale lembrar que a última oportunidade mais concreta de vir a ocorrer uma mudança mais significativa na direção da diversificação da base produtiva deu-se nos anos 1990, tendo em vista que a extinção do IAA deixou a maioria das unidades produtivas (usinas e destilarias) em condições financeiras vulneráveis, com elevado nível de endividamento com bancos oficiais e com passivos trabalhistas vultosos. Diante disso, propostas de negociação dos débitos trabalhistas e das dívidas bancárias foram elaboradas, tentando promover articulações a favor da cessão de terras de usinas e destilarias endividadas para fins de reforma agrária. Apesar de contar com boa parte dos ingredientes a favor, essa via terminou não prosperando.

Por outras motivações, entre as quais destaca-se a atuação dos chamados movimento sociais, a reforma agrária na Zona da Mata pernambucana terminou avançando e, conforme será visto mais adiante, há hoje um número significativo de assentamentos de reforma agrária que teriam, em princípio, mais propensão à diversificação, substituindo a cultura da cana-de-açúcar por culturas alimentícias, mais condizentes com o perfil da pequena produção familiar. Ocorre, entretanto, que mesmo nos assentamentos de reforma agrária a

cultura da cana continua se impondo como uma alternativa relativamente mais favorável do ponto de vista do retorno econômico e assim a diversificação também não avançou, até aqui pelo menos, por essa outra via.<sup>2</sup>

Tendo em vista o exposto, parece fazer sentido examinar mais de perto o panorama atual das atividades econômicas da Zona da Mata de Pernambuco com o objetivo de identificar possíveis aspectos de mudança e de continuidade, bem como de buscar possíveis explicações para tais tendências e ao mesmo tempo de analisar eventuais fatores que porventura estejam influenciando, a favor ou contra, mudanças mais efetivas que possam levar a melhorias nos padrões sabidamente insatisfatórios de qualidade de vida da população que habita nessa região. Essa é a proposta deste artigo e ao longo das próximas seções serão vistos os dados mais caracterizadores do panorama da economia da região, tentando-se de forma concomitante encontrar possíveis explicações para o comportamento da mesma.

Conforme será exposto, o espaço produtivo da Zona da Mata pernambucana é objeto de atuação do processo de acumulação de capital, o qual concentra-se na atividade econômica predominante, ou seja, a agro-indústria da cana, havendo momentos de expansão e de retração em função dos movimentos de seus mercados, particularmente do mercado internacional onde os preços de suas *commodities* são determinados. Ao lado disso, observa-se também, ainda de forma incipiente, movimentos de valorização de capital em alguns espaços urbanos da região de forma articulada com algumas cadeias produtivas que, aos poucos, se expandem em Pernambuco atraídas pelo mercado interno, estadual e nordestino, bem como pelas facilidades da política estadual de incentivos fiscais, tendo ainda o complexo industrial e portuário de Suape como forte indutor de novos investimentos, que se localizam em cidades próximas.

Esses são os vetores de continuidade e de mudança que atuam na área, onde o predomínio por ora tem se mantido na esfera da continuidade, havendo, porém, indícios de uma maior dinâmica da acumulação no espaço urbano que poderá, a médio prazo, alterar para melhor o quadro tradicional da região. Nesse contexto, como será visto ao longo deste trabalho, a possibilidade de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população da Zona da Mata pernambucana dependeria mais da evolução positiva de elementos exógenos associados ao vetor de mudanças que do vetor de continuidade representado pela manutenção, mesmo que “modernizado”, do peso do segmento sucro-alcooleiro.

Vale aqui ressaltar que o caso em exame mostra que o desenvolvimento de uma região nem sempre pode ser obtido a partir de atividades exportadoras, como advogam adeptos da chamada teoria da base exportadora, ou mesmo a partir de atividades endógenas. Como se sabe, a Zona da Mata pernambucana é uma região que há séculos exporta derivados da cana e nem assim consegue melhorar seus indicadores de qualidade de vida da população. Na verdade, o caso em estudo está mais próximo de um enclave, tendo em

---

<sup>2</sup> Sobre isso, ver, por exemplo, Silva Junior e Machado (2008), Pereira e Sousa (2002), bem como comentários feitos ao longo deste trabalho. Note-se que também não houve, até aqui, pelo menos, melhora mais expressiva nas condições de vida da população envolvida.

conta a reduzida articulação da agroindústria canavieira com o resto de sua economia, bem como os elevados vazamentos de renda para outras regiões. Parece ser, assim, uma situação secular de subdesenvolvimento, onde a saída para um melhor padrão de vida da população está mais ligada à implantação de novas atividades, onde a política econômica tem papel crucial para definir formas de tornar a região mais atraente à valorização do capital para que essas novas atividades possam ser viabilizadas.

## **2. O comportamento recente do setor álcool-açucareiro no Brasil e no Mundo e suas perspectivas.**

Antes de examinar o quadro atual da economia da Zona da Mata faz-se aqui um breve olhar sobre o que anda ocorrendo com o segmento produtor de açúcar e álcool no Brasil e no resto do mundo, já que essa dinâmica tem forte influência na região.

O setor sucroalcooleiro no mundo tem se transformado de maneira significativa nesses últimos anos, tendo como fatores destas transformações, por exemplo, a maior necessidade de açúcar pelas indústrias alimentícias e o aumento da demanda por combustíveis alternativos ao petróleo, altamente poluente, mas, que ainda figura como a fonte de energia mais importante do mundo. O Brasil é o principal agente produtor e exportador de açúcar, possuindo também, vantagem comparativa absoluta em relação aos demais países, tanto na produção de açúcar, quanto de álcool. Isto resulta de fatores como a secular experiência e a aptidão edafo-climática para o plantio da cana-de-açúcar, incentivos por parte do governo em sua produção, como o PROALCOOL, que teve importante atuação até o início da década de 1990, e a facilidade de crédito para investimento no setor, bem como o desenvolvimento de carros flex (movidos a álcool e gasolina), a partir de 2003, que em 2009 já representava 92% dos carros produzidos no Brasil.

A agro-indústria da cana no Brasil vem expandindo suas fronteiras agrícolas, principalmente no eixo centro-sul, em estados como Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais. Este último, por exemplo, já na safra 2002/03, ultrapassou a produção do estado de Pernambuco, tradicional produtor, tendo registrado, na safra 2008/09, o dobro da produção pernambucana (segundo dados da ÚNICA), situada em torno de 17 milhões de toneladas por safra (média das cinco safras, a partir da Tabela 1), em contraste com Minas Gerais, que na safra 2008/09, produziu algo em torno de 48 milhões de toneladas de cana. Esses dados, dos estados de Minas Gerais e Pernambuco, traduzem bem o que vem acontecendo com o setor sucro-alcooleiro nas regiões a que pertencem, ou seja, a expressiva expansão do setor no eixo centro-sul, e a perda de expressividade no cenário nacional do eixo norte-nordeste (Tabela 1). Efetivamente, na safra 2004/05 a cana processada pela indústria do eixo norte-nordeste representava cerca 14,8% do total nacional e na safra 2008/09 apenas 11,2%. Concorre para isso, entre outros fatores, diga-se, a disponibilidade de área cultivável que é maior nos estados

do Centro-Sul, estando esta no Norte-Nordeste, principalmente na Zona da Mata, já quase que totalmente ocupada.

<b>Tabela 1: CANA-DE-AÇÚCAR PROCESSADA PELAS USINAS BRASILEIRAS (2004/05 à 2008/2009)</b>					
Unidade:	<i>Toneladas</i>				
Safra	2004/05	2005/2006	2006/07	2007/08	2008/09
PERNAMBUCO	16.684.867	13.858.319	15.293.700	19.844.415	18.949.518
SÃO PAULO	230.280.444	243.767.347	263.870.142	296.242.813	346.292.969
CENTRO-SUL	328.697.362	337.714.418	372.285.061	431.113.603	504.962.891
NORTE-NORDESTE	57.392.755	49.727.458	53.250.700	64.609.676	64.099.738
BRASIL	386.090.117	387.441.876	425.535.761	495.723.279	569.062.629

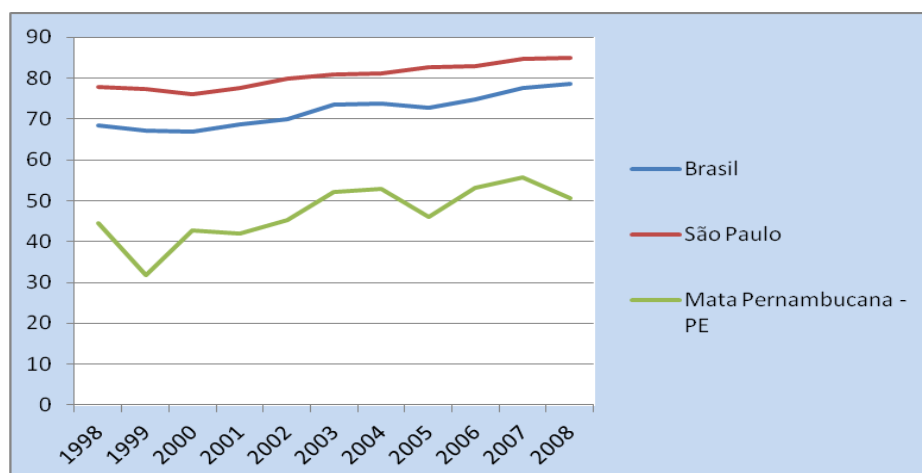
Fonte: UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Disponível no site: [www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica](http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica).

Afora a disponibilidade de área, deve-se ter em conta também que a produtividade agrícola da cana tem crescido de forma mais expressiva no resto do Brasil, particularmente em São Paulo, enquanto em Pernambuco, por exemplo, esse índice, embora com tendência crescente, fica ainda muito aquém da média no Brasil e de estados como São Paulo ou Paraná (Gráfico 1).

Nesses últimos anos a demanda externa por açúcar tem se mantido aquecida, por conta do nível relativamente baixo dos estoques e de freqüentes problemas climáticos nos países com maior participação nas exportações no mercado internacional, junto com a expansão da demanda por álcool por razões ligadas ao aquecimento global.<sup>3</sup> As tabelas 2 e 3 exemplificam bem, o que tem acontecido com as exportações do açúcar, que em nove anos (de 2000/01 a 2008/09), cresceram cerca de 200%, enquanto as exportações de etanol, neste mesmo período, cresceram algo em torno de 4.900%, dados que representam bem as mudanças que surgiram nesta última década e que favoreceram fortes inversões de capital no setor no Brasil e no Mundo. No caso do etanol, a expansão da demanda tem sido incentivada por medidas políticas, como as metas estipuladas pelo protocolo de Kioto para a criação de fontes de energias alternativas e menos poluentes, já que o álcool, produzido da cana, produz cerca de 60% menos carbono que a gasolina e também, pelo desenvolvimento de carros bicom bustíveis, a partir de 2003.

Gráfico 1: Produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)- Brasil, São Paulo e Pernambuco.

<sup>3</sup> Sobre isso, ver “Preço do Açúcar volta a aumentar no mercado internacional”, Plínio Nastari, Folha de São Paulo, 17/09/10.



Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal.

TABELA 2: EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE AÇÚCAR (BRUTO E REFINADO) (2000/01-2008/09)			
ANO SAFRA	QUANTIDADE (milhares de toneladas)		
	Brasil	Centro-Sul	Norte-Nordeste
2000/01	6.953,1	5.098,5	1.854,7
2001/02	11.038,7	9.205,2	1.833,5
2002/03	15.433,9	13.223,1	2.210,9
2003/04	14.048,5	11.576,2	2.472,3
2004/05	16.585,7	13.933,9	2.651,8
2005/06	17.598,8	14.744,6	2.854,2
2006/07	19.596,8	16.991,6	2.605,2
2007/08	18.608,2	16.443,4	2.164,7
2008/09	20.794,9	17.694,7	3.100,2

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Tabela 3: Exportações de Etanol(Anidro e Hidratado) pelo Brasil			
ANO SAFRA	VOLUME (milhões de litros)		
	Brasil	Centro-Sul	Norte-Nordeste
2000/01	94,0	51,9	42,1
2001/02	516,5	436,1	80,5
2002/03	817,6	532,0	285,6
2003/04	956,1	625,4	330,7

2004/05	2.478,2	1.905,6	572,6
2005/06	2.615,6	2.104,3	511,3
2006/07	3.691,6	3.272,1	419,5
2007/08	3.624,8	3.081,0	543,8
2008/09	4.721,9	4.249,7	472,2

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Dadas as condições favoráveis do mercado, o Brasil tem experimentado aumentos sucessivos na produção de etanol e açúcar, conforme dados das tabelas 4 e 5. Para isto, os investimentos no setor têm se mantido. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a previsão da safra 2010/11 de cana-de-açúcar que está sendo moída pela indústria sucroalcooleira é de 651,51 milhões de toneladas. Se confirmada, haverá aumento de 7,8% na produção total em relação à safra 2009/2010 (604,51 milhões de toneladas), alcançando recorde nacional. A perspectiva positiva leva em conta a projeção de que o setor utilizará 470 mil hectares a mais em 2011/2012 para produzir cana. Além disso, há a perspectiva de que outros 600 mil hectares, já plantados no ciclo atual, sejam renovados no ano que vem para a produção de cana em 2011/2012.

<b>Tabela 4: Produção Brasileira de açúcar (2004/05 à 2008/2009)</b>					
Unidade:	<i>Toneladas</i>				
Safra	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
<b>PERNAMBUCO</b>	1.464.335	1.215.389	1.357.300	1.684.094	1.521.275
<b>SÃO PAULO</b>	16.494.931	16.833.595	19.503.032	19.139.062	19.662.436
<b>CENTRO-SUL</b>	<b>22.085.132</b>	<b>22.084.810</b>	<b>25.784.133</b>	<b>26.200.606</b>	<b>26.749.819</b>
<b>NORTE-NORDESTE</b>	<b>4.536.089</b>	<b>3.820.913</b>	<b>4.098.300</b>	<b>4.825.564</b>	<b>4.299.387</b>
<b>BRASIL</b>	<b>26.621.221</b>	<b>25.905.723</b>	<b>29.882.433</b>	<b>31.026.170</b>	<b>31.049.206</b>

Fonte: UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Disponível no site: [www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica](http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica).

Nesse contexto, investimentos internacionais têm sido dirigidos ao setor no Brasil em uma cadência considerada adequada: não há euforia e nem abandono de projetos, pois, muitos dos investimentos que acabaram sendo postergados em 2008, em função dos impactos da crise financeira internacional, já começaram a ser retomados. No mundo, é esperado que nessas próximas safras a Índia retome sua condição de exportador, e a China aumente suas importações, causando maior estabilidade no mercado internacional. Com isso, os preços do açúcar provavelmente permanecerão atraentes<sup>4</sup> para países como o Brasil, que tem evidentes vantagens de custo relativamente a outros competidores, vantagens essas que também se colocam para os produtores do Nordeste, mesmo tendo estes custos relativos maiores em relação aos produtores do Centro-Sul. (Sicsú, Kelner e Ferreira, 2010).

<b>Tabela 5: Produção Brasileira de Etanol (2004/05 à 2008/2009)</b>					
Unidade:	<i>Mil litros</i>				
Safra	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09
<b>PERNAMBUCO</b>	414.843	328.059	318.938	508.477	530.467
<b>SÃO PAULO</b>	9.107.457	9.985.276	10.910.013	13.334.797	16.722.478
<b>CENTRO-SUL</b>	<b>13.591.355</b>	<b>14.352.542</b>	<b>16.006.345</b>	<b>20.333.466</b>	<b>25.101.963</b>

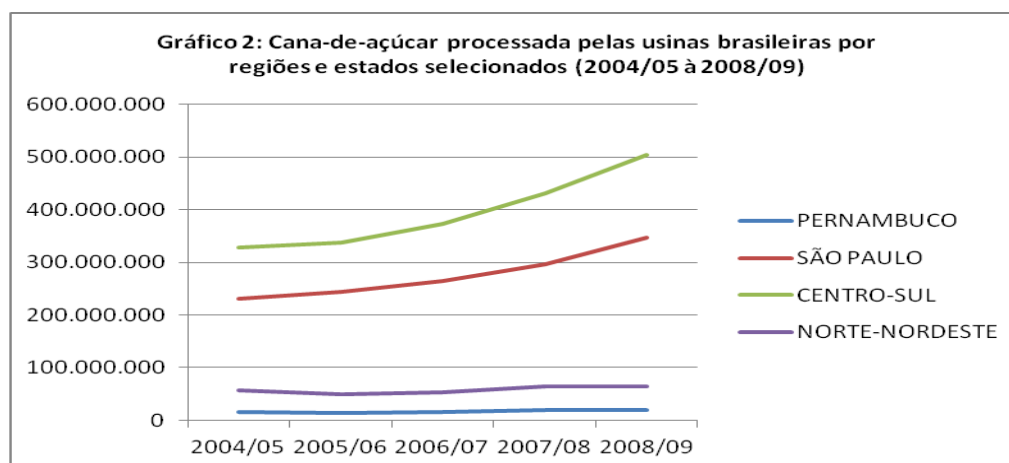
<sup>4</sup> Por conta das históricas oscilações do mercado do açúcar, no entanto, essa expectativa favorável está sujeita a flutuações de curto prazo.



NORTE-NORDESTE	1.825.313	1.594.452	1.712.864	2.193.358	2.410.999
<b>BRASIL</b>	<b>15.416.668</b>	<b>15.946.994</b>	<b>17.719.209</b>	<b>22.526.824</b>	<b>27.512.962</b>

Fonte: UNICA e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA. Disponível no site: [www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica](http://www.unica.com.br/dadosCotacao/estatistica).

O contexto descrito, susceptível à expansão de inversões de capital na produção de cana e derivados, ajuda a entender o que se passa nos últimos anos em Pernambuco, conforme os dados das Tabelas 1, 4 e 5, onde também ocorrem aumentos de produção, embora a taxas bem menores que as observadas em outros estados (Ver Gráfico 2), o que, em boa parte, deve-se às limitações de área cultivável e de condições de relevo e clima menos favoráveis, conforme comentado anteriormente.



Fonte: UNICA

### 3. O panorama atual da ocupação dos solos e do padrão ocupacional.

A análise dos dados do IBGE sobre o uso do solo na Zona da Mata de Pernambuco demonstra, sem muitas dúvidas, que a cana-de-açúcar continua soberana no cotejo com outras culturas praticadas no território em estudo. Conforme os dados disponíveis na série Produção Agrícola Municipal, há uma forte regularidade na distribuição da área plantada entre as culturas mais importantes na área estudada, sendo as mesmas muito concentradas em torno de algumas poucas culturas e sendo ainda a cana-de-açúcar a que ocupa cerca de 90% da área plantada ao longo de uma série de anos que vai de 1998 a 2008 (Tabela 6). Banana, mandioca, coco-da-baía, feijão e milho são as culturas que, afora a cana, detém algum espaço no uso do solo plantado, porém com pouco peso no total. Note-se ainda que na série aqui observada a área cultivada com cana-de-açúcar sofre variações, de 348,9 mil ha em 1998, para 264, 6 mil ha em 2003, com recuperação gradativa até 2008 (341,5 mil ha), acompanhando as tendências do mercado de açúcar e álcool.

**Tabela 6 – Zona da Mata de Pernambuco: Área Plantada das Principais Culturas – 1998/2008**

Ano	Área Plantada	Cana-de-açúcar		Mandioca		Milho		Feijão		Banana		Coco-da-baía		Outros	
	Ha	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
1998	387.955	348.968	90,0	10.463	2,7	2.597	0,7	2.377	0,6	12.983	3,3	7.038	1,8	3.529	0,9
1999	315.604	273.688	86,7	8.128	2,6	3.980	1,3	5.367	1,7	15.392	4,9	6.639	2,1	2.410	0,8
2000	312.335	271.878	87,0	6.292	2,0	3.783	1,2	4.752	1,5	16.806	5,4	5.895	1,9	2.929	0,9
2001	353.744	314.749	89,0	8.280	2,3	1.150	0,3	1.669	0,5	19.847	5,6	5.336	1,5	2.713	0,8

2002	335.275	296.946	88,6	8.789	2,6	1.505	0,4	1.960	0,6	17.136	5,1	6.260	1,9	2.679	0,8
2003	300.777	264.650	88,0	5.992	2,0	1.622	0,5	2.028	0,7	17.616	5,9	6.436	2,1	2.433	0,8
2004	302.781	268.466	88,7	6.616	2,2	1.248	0,4	1.768	0,6	15.683	5,2	6.559	2,2	2.441	0,8
2005	307.354	274.087	89,2	7.203	2,3	789	0,3	1.133	0,4	15.134	4,9	6.586	2,1	2.422	0,8
2006	309.382	276.850	89,5	6.104	2,0	873	0,3	1.142	0,4	15.842	5,1	6.657	2,2	1.914	0,6
2007	329.566	297.000	90,1	5.688	1,7	987	0,3	1.125	0,3	16.166	4,9	5.985	1,8	2.615	0,8
2008	380.439	341.503	89,8	7.609	2,0	1.432	0,4	1.949	0,5	18.645	4,9	6.479	1,7	2.822	0,7

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

**Tabela 7: Mata Meridional Pernambucana (1998-2008): Área plantada das principais culturas**

Ano	Total	Cana-de-açúcar		Mandioca		Milho		Banana		Coco-da-baía		Batata-doce		Feijão		Outros	
	Há	Ha	%	Ha	%	Há	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Há	%
1998	167.635	153.793	91,7	1.905	1,1	417	0,2	6.366	3,8	3.177	1,9	386	0,2	692	0,4	899	0,5
1999	143.331	127.100	88,7	1.371	1,0	995	0,7	8.435	5,9	3.137	2,2	237	0,2	1.367	1,0	689	0,5
2000	129.966	114.250	87,9	1.316	1,0	1.585	1,2	7.178	5,5	2.491	1,9	260	0,2	2.222	1,7	664	0,5
2001	159.627	143.106	89,7	2.461	1,5	1.150	0,7	7.897	4,9	2.486	1,6	258	0,2	1.669	1,0	600	0,4
2002	167.877	151.315	90,1	2.635	1,6	1.170	0,7	6.984	4,2	3.169	1,9	259	0,2	1.712	1,0	633	0,4
2003	139.029	123.280	88,7	1.639	1,2	1.394	1,0	6.948	5,0	3.173	2,3	225	0,2	1.777	1,3	593	0,4
2004	147.917	132.650	89,7	1.787	1,2	1.170	0,8	6.834	4,6	3.182	2,2	212	0,1	1.490	1,0	592	0,4
2005	151.579	138.550	91,4	920	0,6	676	0,4	6.671	4,4	3.172	2,1	270	0,2	844	0,6	476	0,3
2006	155.915	142.260	91,2	1.009	0,6	725	0,5	7.221	4,6	3.177	2,0	192	0,1	868	0,6	463	0,3
2007	158.801	145.490	91,6	855	0,5	794	0,5	7.009	4,4	3.108	2,0	223	0,1	880	0,6	442	0,3
2008	168.725	154.915	91,8	1.053	0,6	822	0,5	7.124	4,2	3.230	1,9	227	0,1	917	0,5	437	0,3

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

**Tabela 8- Mata Setentrional Pernambucana (1998-2008): Área plantada das principais culturas.**

Ano	Total	Cana-de-açúcar		Feijão		Mandioca		Milho		Banana		Batata-doce		Outros	
	Ha	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%	Ha	%
1998	167.635	153.793	91,7	692	0,4	1.905	1,1	417	0,2	6.366	3,80	386	0,2	4.076	2,4
1999	143.331	127.100	88,7	1.367	1,0	1.371	1,0	995	0,7	8.435	5,88	237	0,2	3.826	2,7
2000	129.966	114.250	87,9	2.222	1,7	1.316	1,0	1.585	1,2	7.178	5,52	260	0,2	3.155	2,4
2001	159.627	143.106	89,7	1.669	1,0	2.461	1,5	1.150	0,7	7.897	4,95	258	0,2	3.086	1,9
2002	167.877	151.315	90,1	1.712	1,0	2.635	1,6	1.170	0,7	6.984	4,16	259	0,2	3.802	2,3
2003	139.029	123.280	88,7	1.777	1,3	1.639	1,2	1.394	1,0	6.948	5,00	225	0,2	3.766	2,7
2004	147.917	132.650	89,7	1.490	1,0	1.787	1,2	1.170	0,8	6.834	4,62	212	0,1	3.774	2,6
2005	151.579	138.550	91,4	844	0,6	920	0,6	676	0,4	6.671	4,40	270	0,2	3.648	2,4
2006	155.915	142.260	91,2	868	0,6	1.009	0,6	725	0,5	7.221	4,63	192	0,1	3.640	2,3
2007	158.801	145.490	91,6	880	0,6	855	0,5	794	0,5	7.009	4,41	223	0,1	3.550	2,2
2008	168.725	154.915	91,8	917	0,5	1.053	0,6	822	0,5	7.124	4,22	227	0,1	3.667	2,2

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

**Tabela 9 - Vitória de Santo Antão (1998-2008) Área plantada das principais culturas**

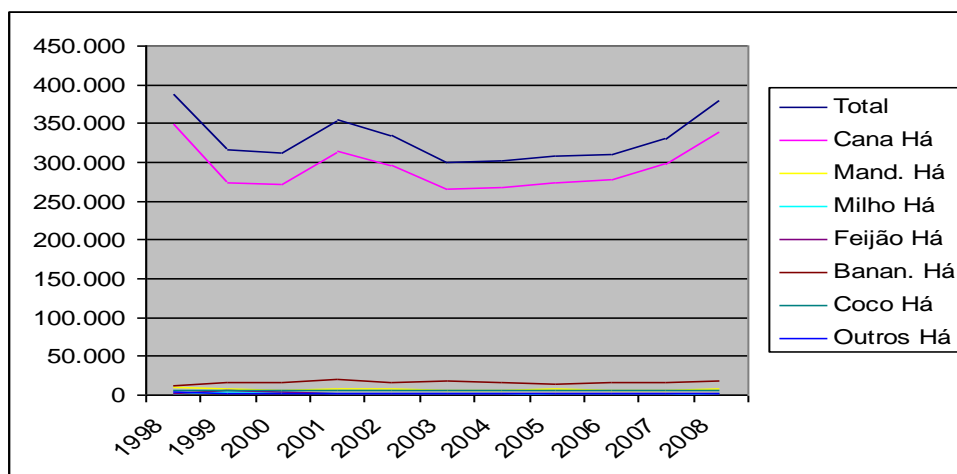
Ano	Total	Cana-de-açúcar		Mandioca		Milho		Banana		Coco-da-baía		Abacaxi		Feijão		Outros	
	Há	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%	Há	%
1998	33.404	23.460	70,2	3.820	11,4	1.700	5,1	760	2,3	1.480	4,4	450	1,3	1.330	4,0	404	1,2

1999	29.901	21.960	73,4	4.570	15,3	365	1,2	690	2,3	1.137	3,8	470	1,6	265	0,9	444	1,5
2000	24.510	19.290	78,7	2.050	8,4	175	0,7	775	3,2	1.117	4,6	485	2,0	120	0,5	498	2,0
2001	23.790	19.700	82,8	2.080	8,7	0	0,0	788	3,3	682	2,9	175	0,7	0	0,0	365	1,5
2002	21.819	18.300	83,9	1.840	8,4	10	0,0	422	1,9	547	2,5	146	0,7	248	1,1	306	1,4
2003	19.821	16.300	82,2	1.785	9,0	28	0,1	525	2,6	710	3,6	146	0,7	36	0,2	291	1,5
2004	18.795	15.638	83,2	1.276	6,8	25	0,1	548	2,9	755	4,0	235	1,3	25	0,1	293	1,6
2005	16.225	13.232	81,6	1.220	7,5	30	0,2	515	3,2	647	4,0	235	1,4	60	0,4	286	1,8
2006	14.481	12.190	84,2	760	5,2	30	0,2	445	3,1	645	4,5	280	1,9	60	0,4	71	0,5
2007	15.236	12.580	82,6	760	5,0	45	0,3	410	2,7	653	4,3	297	1,9	60	0,4	431	2,8
2008	26.463	23.650	89,4	490	1,9	45	0,2	415	1,6	807	3,0	398	1,5	240	0,9	418	1,6

Fonte: IBGE Produção Agrícola Municipal

Vale observar que a elevada concentração da área plantada reproduz-se nas três micro-regiões que formam a Zona da Mata pernambucana, sendo que na micro-região de Vitória de Santo Antão a predominância da cana apresentou-se um pouco inferior até 2007 (pouco acima de 80%), mas em 2008 aproxima-se do patamar dos 90% observados nas demais micro-regiões (Tabelas 7, 8 e 9).

Gráfico 3: Zona da Mata de Pernambuco: Evolução da área cultivada (ha)



Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal.

Na verdade, observando com mais cuidado os dados, pode-se ver que as variações da área plantada total acompanham a variação da área cultivada com a cana. No gráfico 3, essa tendência pode ser bem visualizada, podendo-se observar também a estabilidade da área cultivada com as demais culturas citadas. Assim, ao longo dos últimos dez anos a diversificação de culturas não se sobressai na região. Ou seja, a diversificação que parecia ter sido iniciada nos anos 1990, em vista do fechamento de várias unidades industriais do setor sucro-alcooleiro e da menor rentabilidade da cana para os produtores menores, terminou não avançando, ou foi abortada pela reestruturação do parque industrial e pela expansão da demanda de açúcar e álcool.

#### 4. Os Vínculos Formais de Emprego na Zona da Mata Pernambucana.

Outra forma de olhar o panorama da economia da região em estudo é acompanhar a evolução dos vínculos formais de emprego, o que dá também uma idéia das atividades econômicas mais exercitadas na Mata como um todo, incluindo os segmentos urbanos. Para isso pode-se recorrer aos dados da RAIS, conforme mostra a Tabela 10.

Tabela 10 – Zona da Mata Pernambucana: Vínculos Formais de Emprego (1998/2008)

SUBSIBGE	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
EXTRMINERAL	156	162	173	142	128	149	187	173	215	203	154
MINNAOMET	1762	2112	2347	2305	2278	2163	2490	2486	2886	3198	3278
INDMETALURG	171	192	557	1103	1154	1219	1371	1339	1221	1410	1226
INDMECANICA	76	76	57	60	85	97	100	99	120	165	159
ELETECOMUN	68	69	86	226	136	69	62	93	135	71	99
MATTRANSP	63	46	78	83	90	99	83	80	97	140	124
MADEMOBIL	229	273	260	268	277	256	291	320	316	298	348
PAPELEGRAF	407	406	414	437	407	430	459	498	572	581	745
BORFUMCOUR	187	195	189	205	105	106	111	119	172	216	137
INDQUIMICA	111	317	208	274	438	475	513	483	5333	503	597
INDTEXTIL	639	697	579	677	527	560	601	626	485	625	561
INDCALCADOS	652	788	801	920	1065	209	1191	1219	1201	1189	1072
ALIMEBEB	34368	29714	33281	34921	32383	30517	35694	40468	41921	51283	52586
SERUTILPUB	709	512	417	266	325	371	382	341	346	381	332
CONSTRCIVIL	897	546	664	712	885	512	592	763	1302	1732	2551
COMVAREJ	7736	8737	9418	10379	11135	11298	12067	12908	14264	15836	16324
COMATACAD	575	650	732	788	930	967	878	1096	1065	1561	1862
INSTFINANC	497	476	470	446	495	505	514	633	637	653	854
ADMTECPROF	1001	1015	1205	1133	1106	2471	1918	1803	984	879	1622
TRANECOMUN	514	598	969	670	912	837	898	987	1041	1171	1199
ALOJCOMUNIC	1437	1644	1641	1837	1830	2202	1889	2290	2493	2720	3520
MEDODONVET	1147	1040	1168	1216	1254	1208	1248	1345	1258	1266	1563
ENSINO	1345	1495	1334	1856	1644	2101	2435	2345	2373	2475	2491
ADMPUBLICA	24681	24532	24755	26949	30028	31480	31908	36461	38909	42602	40536
AGRICULTURA	23722	19533	22355	21940	27018	33812	32876	26644	28817	24092	19273
OUTRIGN	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	103182	95825	104158	109813	116635	124113	130758	135619	148163	155250	153213

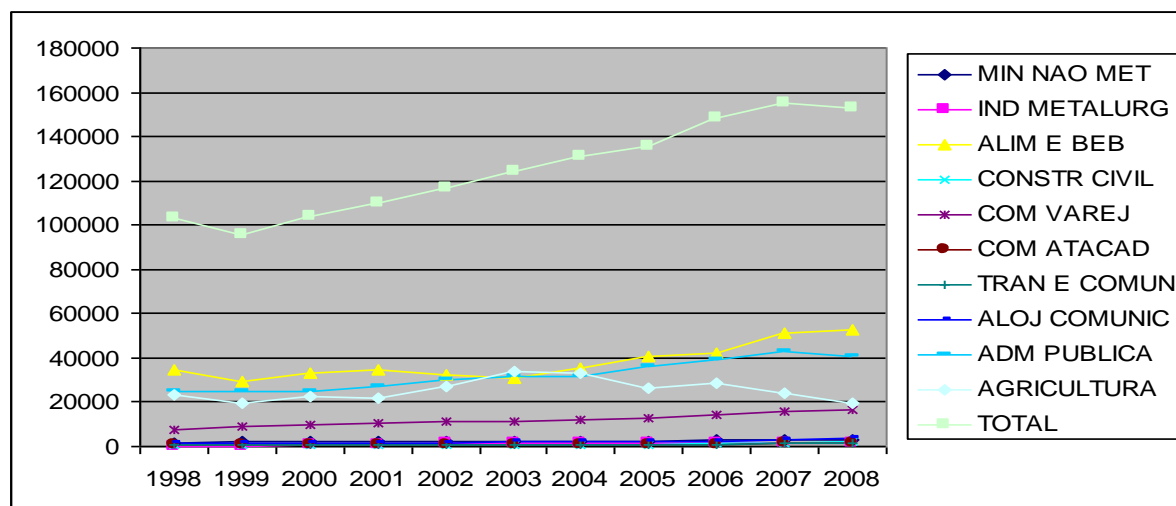
Fonte: MTE – RAIS

Em primeiro lugar, merece destaque na análise dos dados o crescimento de quase 50% no total de vínculos de emprego para a região da Mata ao longo dos dez anos da série, o que será aqui examinado com mais detalhes a seguir.

Em meio aos dados do emprego formal, destacam-se os subsetores alimentos e bebidas, administração pública, agricultura e comércio varejista com quantitativos bem superiores aos demais e apresentando evolução positiva, exceto no caso do subsetor agricultura que cresce entre 1998 e 2003, caindo em seguida. Note-se então que o subsetor alimentos e bebidas, exatamente onde se enquadram os vínculos de

emprego da agro-indústria canavieira, é o que mais gera emprego, apresentando 52.586 vínculos em 2008 (34.368 em 1998).<sup>5</sup>

Gráfico 3 – Zona da Mata-PE: Evolução do emprego formal (sub-setores selecionados)



Fonte: MTE – RAIS

Ademais, vale observar que somados os subsectores alimentos e bebidas e agricultura<sup>6</sup>, detinham, em 2008, 46,9% do total dos vínculos empregatícios, o que demonstra, mais uma vez, o peso majoritário da agro-indústria da cana no quadro da economia da Mata pernambucana (Gráfico 3), embora esse peso em 2008 tenha apresentado uma pequena redução (era de 56,3% em 1998).

Um aspecto a destacar nesse quadro do emprego no setor sucro-alcooleiro é a sua elevada sazonalidade em vista da maior intensidade de contratações no período do corte da cana, usualmente no período de setembro a março. Por conta da declividade de boa parte dos terrenos ocupados com cana na região a possibilidade de mecanização do corte ainda é pouco factível, porém sabe-se que há movimentações dos usineiros no sentido de adaptar máquinas já utilizadas em países como a Austrália no sentido de substituir a mão-de-obra na colheita. Essa busca tem, além da motivação de reduzir custos, a intenção de atender as pressões ambientalistas contrárias à queima da cana antes da colheita. Por conta disso, é provável que num futuro não muito remoto a demanda por mão-de-obra no setor seja significativamente reduzida, o que vai

<sup>5</sup> Note-se que, em 2008, os itens Fabricação e Refino de Açúcar e Produção de Alcool representaram cerca de 94% dos vínculos empregatícios incluídos em Alimentos e Bebidas (92,5% em 1998), conforme a RAIS.

<sup>6</sup> No subsector Agricultura, o item Produção de lavouras temporárias, onde enquadra-se majoritariamente a produção de cana, detinha cerca de 78,0% em 2008 (77,4% em 1998), conforme detalhamento obtido da RAIS.

exigir da política pública atenções adicionais para a geração de ocupações que substituam o emprego atualmente existente no corte da cana.<sup>7</sup>

Alguns destaques adicionais merecem ser feitos do ponto de vista da evolução setorial do emprego. Entre os setores que apresentam quantitativos menores de emprego, alguns deles surgem com crescimento mais expressivo nos últimos anos da série aqui considerada. São eles minerais não metálicos, metalurgia, química, calçados, transporte e comunicações e alojamento e comunicações, afora o comércio varejista cujo quantitativo é bem mais expressivo e também crescente. Embora ainda pouco expressivos, esses dados indicam alguma diversificação de atividades urbanas, provavelmente em vista de projetos industriais ali localizados seja pela proximidade com o Complexo de Suape, seja por indução da política estadual de incentivos fiscais. No caso do setor alojamento e comunicações há ainda a destacar o papel indutor de novas atividades advindas dos atrativos turísticos de praias e engenhos de açúcar, que vêm se destacando nos últimos anos como atraindo emprego e gerando renda na economia estadual.

Por outro lado, vale observar que o desempenho conjunto dos demais setores mencionados na Tabela 10, ou seja, excetuando alimentos e bebidas, administração pública, agricultura e comércio varejista, sugere um movimento de alguma mudança no contexto das atividades urbanas. Ou seja, ainda que gradual e lentamente, pode-se perceber que um conjunto variado de atividades que geram um número menos expressivo de vínculos de emprego formal estão participando mais ativamente no quadro geral das atividades econômicas. Isso pode ser percebido com base na média de vínculos de emprego destas atividades, ou seja, aquelas que não as 04 citadas anteriormente, que no período 1998/2000 era de 13.455 (13,3% do total), passando para 23.390 (15,4% do total). Assim, a diversificação que não ocorre na zona rural está se configurando como possível de ocorrer nas áreas urbanas, embora ainda em grau reduzido, à medida que o processo de acumulação na indústria e nos serviços vá ampliando seu âmbito.

## **5. Os Assentamentos da Reforma Agrária e a Cana-de-açúcar.**

Ao longo da década de 1990 e dos anos 2000, a reforma agrária vem sendo implantada na Zona da Mata num processo já expressivo com um número razoavelmente elevado de hectares tendo sido objeto de distribuição por parte do INCRA, em resposta à mobilização dos movimentos sociais tipo Movimento dos Sem Terra (MST), FETAPE, Comissão Pastoral da Terra e Comunidades Eclesiais de Base. Em função disso, cerca de 17,5 mil hectares estão de posse de assentados nas micro-regiões Mata Setentrional e Vitória de Santo Antão somadas, enquanto outros 108,6 mil hectares foram alocados a assentados na Mata

---

<sup>7</sup> Em vista da expansão de atividades como construção civil e outras de menor qualificação, já percebe-se alguma migração de cortadores de cana para atividades urbanas, principalmente na Mata Sul, fato que diminui a disponibilidade de mão-de-obra para o corte de cana e pode gerar alguma pressão salarial, estimulando assim a adoção do corte mecanizado, caso persista essa maior absorção de mão-de-obra em atividades urbanas menos qualificadas.

Meridional (Tabelas 11 e 12). No total são pouco mais de 126 mil hectares alocados para fins de reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco, uma área bastante expressiva, portanto, tendo em vista o total da área plantada em 2008, que ficou próxima de 380 mil hectares, ou seja, pouco mais de 30% desta. Claro que nesse total de área de reforma agrária deve-se ter em conta que parte não é cultivável por motivos variados, mas mesmo assim trata-se de uma área bastante significativa.

Os assentamentos são mais numerosos na Mata Sul e nesta nos municípios de Catende, Ribeirão, Água Preta, Tamandaré e Barreiros (Tabela 12). Na Mata Norte e em Vitória de Santo Antão, num total de 40 assentamentos, foram alocadas 2.536 famílias numa área média de 6,89 hectares, enquanto na Mata Sul encontram-se 11.730 famílias, em 105 projetos de assentamentos, onde a área média é um pouco maior, ou seja, 9,26 hectares por família.

Importante destacar que o módulo rural considerado mínimo para a Zona da Mata é de 15 hectares, portanto superior à média encontrada nos assentamentos. Assim, antes de maiores considerações, vale destacar que a pressão dos movimentos sociais pela reforma agrária, ao lado das dificuldades conhecidas para efetivar as desapropriações, termina levando a área alocada às famílias assentadas a ser inferior àquela considerada mínima para a exploração racional, o que de saída reduz as chances de sucesso em termos econômicos das respectivas famílias.

Tabela 11- Assentamentos de reforma agrária por município, área (ha) por assentamento, número de famílias assentadas e área média por família na região da Mata Norte (incluindo os municípios da Mata Centro) de Pernambuco.

<b>Municípios da região da Mata Norte (e Mata Centro)</b>	<b>Nº de Assentamentos</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº de famílias</b>	<b>Área média por família (ha)</b>
ALIANÇA	5	3.158,00	310	10
BUENOS AIRES	1	203,00	21	10
CAMUTANGA	1	577,00	68	8
CONDADO	1	263,00	89	3
GLÓRIA DO GOITÁ	2	1.037,00	201	5
GOIANA	4	2.636,00	319	8
ITAMBÉ	1	22,23	20	1
ITAQUITINGA	2	815,00	135	6
NAZARÉ DA MATA	2	791,00	137	6
PAUDALHO	4	2.126,00	224	9
POMBOS	4	1.751,00	232	8
TIMBAÚBA	2	1.080,00	263	4
TRACUNHAÉM	4	1.754,00	153	11
VICÊNCIA	3	968,00	95	10
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	4	299,54	269	1
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>17.480,77</b>	<b>2.536</b>	<b>6,89</b>

Fonte: INCRA

Tabela 12 - Assentamentos de reforma agrária por município, área (ha) por assentamento, número de famílias assentadas e área média por família na região da Mata Sul de Pernambuco.

<b>Municípios da região da Mata Sul</b>	<b>Nº de</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Nº de</b>	<b>Área média por</b>
---	--------------	------------------	--------------	-----------------------

	Assentamentos		famílias	família (ha)
ÁGUA PRETA	15	11.139,00	1.328	8
AMARAJI	9	4.214,00	391	11
BARREIROS	12	6.583,00	644	10
BELÉM DE MARIA	3	1.168,00	115	10
CATENDE	3	24.086,00	4.354	6
CORTES	1	479,00	37	13
ESCADA	5	2.250,00	236	10
GAMELEIRA	7	6.610,00	842	8
JOAQUIM NABUCO	4	1.172,00	176	7
MARAIAL	1	6.222,90	274	23
PALMARES	3	1.785,00	166	11
QUIPAPÁ	2	2.287,00	176	13
RIBEIRÃO	6	21.947,00	1.196	18
RIO FORMOSO	4	2.810,00	234	12
SÃO BENEDITO DO SUL	2	738,00	54	14
SÃO JOSÉ DA COROA GRANDE	9	3.872,00	374	10
TAMANDARÉ	12	8.038,00	761	11
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	7	3.227,00	372	9
<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>108.627,90</b>	<b>11.730</b>	<b>9,26</b>

Fonte: INCRA

Em que interessa a discussão neste trabalho dos assentamentos implantados na Zona da Mata? Em termos mais sucintos, justifica-se por ser a reforma agrária uma via esperada da melhoria de qualidade de vida da população envolvida e pela expectativa adicional de que a produção familiar envolva um leque de culturas diversificadas, maior participação de culturas alimentícias e com maior agregação de valor. Caso isso estivesse ocorrendo, em outras palavras, a área cultivada na Zona da Mata estaria refletindo uma maior diversificação e uma menor participação da cana de açúcar. Como tal não está ocorrendo, vale aqui examinar o que se passa nos assentamentos em termos de uso do solo agrícola, principalmente. Para isso vamos recorrer a alguns trabalhos encontrados na literatura sobre o tema, ainda que de forma não exaustiva.

De uma maneira geral, o que se pode concluir dos trabalhos encontrados sobre assentamentos na Zona da Mata de Pernambuco é que os mesmos enfrentam uma série de dificuldades para se viabilizarem economicamente. Um primeiro aspecto a ser considerado para entender estas dificuldades é a área média de cada família, de 9,26 hectares na Mata Sul e de 6,89 hectares na Mata Norte, que é inferior ao módulo rural de 15 ha, o que limita muito a possibilidade de retorno econômico superior à subsistência (Pereira e Sousa, 2003). Além disso, as áreas são supridas com oferta inadequada de energia elétrica e apresentam às vezes necessidades de drenagem ou de irrigação, o que não é feito em vista dos custos envolvidos, mas as famílias assentadas também padecem do uso de técnicas de cultivo inadequadas, de dificuldades para liberação de financiamentos, da falta de assistência técnica contínua, da escassa capacidade empresarial por serem os assentados, em sua maioria, anteriormente trabalhadores assalariados no corte da cana. Ademais, nota-se uma



carência mais pronunciada no aspecto comercialização da produção agrícola, geralmente feita através de atravessadores que, no caso das culturas alimentícias, não oferecem transporte para os produtos.<sup>8</sup>

Diante desse quadro de dificuldades com as culturas alimentícias, os assentados terminam mantendo boa parte de suas áreas produzindo cana-de-açúcar. Isso porque esta cultura oferece a possibilidade de comercialização mais bem estruturada, apesar de submetida em termos de preços ao monopólio da usina mais próxima que adquire a produção.

Assim, apesar de avanços na estrutura de posse da terra na região, a situação das famílias assentadas mantém-se em boa parte dependente dos interesses maiores das empresas do segmento sucro-alcooleiro. Configura-se assim uma combinação produtiva que é funcional à manutenção da cana no mix de produtos dos assentamentos e ainda à lógica do capital e à extração de valor. Conforme ressaltam Silva Júnior e Machado (2008: 9): “Uma vez esses trabalhadores assentados deixam de ser um encargo aos seus antigos empregadores, mas continuam submetendo a sua força de trabalho aos usineiros a partir da produção da cana dentro de sua própria parcela.” Ou seja, com os assentamentos produzindo cana as usinas terminam tendo a possibilidade de reduzir custos, beneficiando-se do maior esforço do trabalho familiar no corte da cana de sua própria gleba. Adicionalmente, vale notar que os assentados para complementar a renda também tornam-se trabalhadores eventuais no corte da cana, o que mantém a oferta de mão-de-obra na área e ajuda a manter os baixos salários, reproduzindo uma situação de complementaridade latifúndio x minifúndio muito freqüente em outras regiões brasileiras e já vistas anteriormente na própria Zona da Mata.

Há assim que se redirecionar a atual política de assentamentos no sentido de buscar para as famílias assentadas uma situação menos dependente das necessidades de acumulação do capital do segmento sucro-alcooleiro, incentivando o associativismo, mesmo com todas as dificuldades que isso significa, a melhor capacitação dos seus membros e criando mecanismos que facilitem a comercialização dos produtos, afora a cana, que venham a produzir.

Percebe-se pelo exposto que a possibilidade de diversificação produtiva da Zona da Mata pernambucana a partir da reforma agrária, embora não descartável, enfrenta dificuldades internas e externas aos assentamentos, as quais precisam ser melhor enfrentadas, de forma mais abrangente, portanto, pelas políticas públicas e pelos órgãos gestores dos assentamentos<sup>9</sup>. Sem que isso ocorra, a reforma agrária termina atuando a favor da manutenção da cana-de-açúcar em parte significativa das parcelas e ainda contribuindo,

---

<sup>8</sup> Há que se considerar também que parece haver dificuldades no que diz respeito ao associativismo, o que, caso fosse mais intenso, poderia gerar ganhos em termos de capital social e de escala, por exemplo, associados ao uso compartilhado de equipamentos e instalações, bem como na comercialização de produtos.

<sup>9</sup> Para um entendimento mais aprofundado das dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas faz-se também necessário um maior esforço de pesquisas que tenham essa preocupação de forma mais abrangente.

através do assalariamento sazonal, para a redução de custos com mão-de-obra nas áreas de cultivo da cana de usinas e de fornecedores maiores.

## **6. A Diversificação Produtiva na Zona da Mata: indicações de um processo vacilante.**

Diante do quadro insatisfatório das condições sociais da região, algumas alternativas de diversificação da economia vêm sendo buscadas e em alguns casos alguns resultados já podem ser vistos. A seguir faz-se um esforço de analisar essas situações para que se tenha uma idéia mais aproximada de possíveis caminhos mais incluídos do ponto de vista sócio-econômico para a Zona da Mata.

Tendo em conta o peso da cana-de-açúcar na região, uma alternativa de diversificação vai pela via dos subprodutos da cana-de-açúcar, tais como rapadura, cachaça, açúcar mascavo, mel de engenho, utilização do bagaço da cana como fonte energética, entre outros.

A cachaça é um produto com mercado em constante expansão no Brasil e no mundo, além de ser um setor com importante geração de emprego e renda, por incluir de micro e pequenas empresas, principalmente quando se trata da cachaça artesanal, onde a maioria dos produtores atua informalmente.

Segundo LIMA (2006), os principais obstáculos inerentes ao segmento da cachaça artesanal no Nordeste, para a maioria dos produtores em sua maior parte pequenos alambiques informais que comercializam o produto a granel, são: (i) a concorrência enfrentada entre os próprios produtores e os produtores de maior porte; (ii) a reduzida escala de produção, que remete a patamares relativamente baixos de remuneração no setor; (iii) a reduzida capacidade financeira; e (iv) a significativa incidência de carga tributária sobre o produto, situação vigente em quase todos os estados da região. Portanto, esta situação colabora para a informalidade do setor. Esta informalidade e uma possível limitação dos mercados locais, devido à dificuldade de acesso a canais de distribuição que o pequeno produtor tem, fazem com que os grandes produtores monopolizem este mercado e imponham barreiras à entrada, mesmo para o caso da cachaça artesanal, que é um produto diferenciado (VIDAL e GONÇALVES, 2008).

A produção de rapadura e mel de engenho é secular e tradicional no Nordeste, tendo como maiores produtores, principalmente Pernambuco e Ceará. Como na produção da cachaça artesanal, a produção da rapadura é predominantemente informal, com geração expressiva de emprego, apresentando baixos níveis de remuneração, com participação insignificante no mercado e reduzida capacidade financeira. Porém, independente disto, o mercado da rapadura está em expansão devido à melhoria de qualidade do produto.

Segundo LIMA e CAVALCANTI (2001), a Zona da Mata apresenta condições favoráveis para ganhar espaço na fatia do mercado da rapadura como alternativa produtiva de diversificação da atividade do fornecimento de cana para a agroindústria sucroalcooleira. Mas, para se inserir no mercado, são necessárias atualizações tecnológicas no processo de produção, e adequações a regras fitossanitárias relativas à rapadura e

determinados produtos dela derivados. Embora ainda relativamente reduzida, a produção de rapadura na região pode ser observada nos municípios de Itambé, Pombos e Quipapá, sendo que este último vem buscando uma participação no mercado externo, porém de forma ainda incipiente.

Com relação à utilização do bagaço da cana como fonte de energia, a existência do potencial em biomassa e a viabilidade tecnológica, torna atrativo para as usinas e destilarias anexas investir neste aproveitamento. Segundo GALINDO (2010), a matriz produtiva sucroalcooleira recebeu nos últimos anos um significativo reforço através da co-geração de energia incentivada pelo Programa de Incentivo a Fontes de Energias Alternativas (Proinfra), que fomenta o uso da energia elétrica produzida a partir do bagaço de cana. Segundo dados da CELPE, doze empresas produtoras de açúcar e álcool do estado produzem energia, nove delas localizadas na Zona da Mata, e algumas delas injetando energia no sistema da CELPE.

A diversificação na área agrícola, embora muito limitada pela dominância da cana, conforme visto anteriormente, de alguma forma pode ser referida para o caso do cultivo de abacaxi, banana, limão e coco da Bahia, que merecem destaque devido aos seus melhores desempenhos em termos de quantidade produzida. No que se refere à silvicultura é importante mencionar a exploração da seringueira para produção de borracha (látex coagulado) ainda bastante incipiente no estado, praticada em apenas cinco municípios da Mata Sul.

Uma atividade que merece mais destaque é o cultivo de flores tropicais, que em Pernambuco, particularmente na Zona da Mata, vem crescendo e se consolidando no mercado nacional e internacional. Boas condições de solo e clima garantem a Pernambuco a liderança da produção de flores tropicais no país. O cultivo de flores já tem algum tempo de introdução na região, segundo o SEBRAE (2003):

“As primeiras tentativas de considerar o cultivo em caráter comercial de flores tropicais na Zona da Mata surgiram há dez anos, de forma incipiente e experimental. Ao longo desse período o agronegócio da floricultura foi se consolidando com o ingresso de novos empresários e de um significativo aumento da área plantada. O objetivo principal é atender à elevada demanda de Estados das regiões Sul e Sudeste, e competir com outros países na exportação para os grandes centros consumidores internacionais.”

Segundo Carnili (s/d), os pontos fortes da floricultura na Zona da Mata Pernambucana são: as condições edafoclimáticas ideais, as variedades competitivas em qualidade e durabilidade, preços competitivos no mercado internacional e estrutura aeroportuária, facilitando o escoamento das mercadorias. Porém, o mesmo autor também cita que a falta de organização da produção e da comercialização constitui um ponto de estrangulamento que pode inviabilizar a expansão da floricultura tropical na região.

Outra atividade promissora, que tem tido apoio do Governo do Estado é o cultivo de produtos orgânicos, já que se observa que a demanda por estes produtos é maior do que a oferta. Este segmento conta com a ajuda da SERTA (Serviço de Tecnologia Alternativa) que junto com mais outras três operadoras de

negócios fazem parte de um consórcio, o qual foi selecionado para executar a gestão do pólo de agricultura orgânica em Pernambuco. Este pólo compreende cerca de 10 municípios, onde existem 300 famílias que vivem da agricultura orgânica, sendo a meta do consorcio atingir 1000 famílias<sup>10</sup>.

Parte-se da idéia de que os pequenos produtores precisam se conscientizar de que é importante diversificar a produção, e nada melhor do que os produtos orgânicos, que se não forem vendidos, podem ser consumidos pelos próprios produtores. O consórcio vem trabalhando para que o agricultor invista na fruticultura, na produção de raízes e no beneficiamento da produção, porque aí vai agregar valor ao produto e vai poder ter mais segurança para poder vender com mais tempo a sua produção.

Outra atividade que tem tido um desempenho bastante considerável na Zona da Mata é a aquíicultura, de peixes (piscicultura) e camarões (carcinicultura). Essa atividade reveste-se de importância uma vez que tem por objetivo o fortalecimento da segurança alimentar, visando a inclusão social e o mercado. Empenhado no propósito de investir na questão da segurança alimentar, o Governo do Estado tem investido na piscicultura visando o favorecimento de um número representativo de famílias na região. A pesca artesanal da Zona da Mata poderá ser resgatada através da liberação das áreas estuarinas, que poderá ser mais bem aproveitada através do uso racional dos recursos existentes principalmente na produção de camarão e ostras.

Segundo Galindo (2010), apesar de ser uma atividade significativa na Zona da Mata, a carcinicultura é vista com certa cautela devido aos impactos que causa no meio ambiente. Para evitar danos, os projetos exigem uso de tecnologia adequada e requerem escala de produção não intensiva.

Uma outra via de diversificação, aparentemente mais promissora, baseia-se nas atividades industriais. A base industrial da Zona da Mata pernambucana começou a ser transformada a partir do advento do sistema de incentivos do Prodepe - Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, visando “atrair e fomentar investimentos na atividade industrial e no comércio atacadista de Pernambuco, mediante a concessão de incentivos fiscais e financeiros, seja sob a forma de crédito fiscal presumido, que reduz o imposto a recolher, seja sob a forma de empréstimo” (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E ESPORTES: 2002). Além de ajudar as empresas como âncora financeira na implantação, ampliação e revitalização de projetos industriais, os recursos desse Programa destinam-se à

---

<sup>10</sup> Segundo KACOVICS, (2010), Goiana é um dos municípios com concentração de produtores de orgânicos, a saber: macaxeira, inhame, banana, abacaxi, milho, feijão, coentro e alface, havendo cerca de 150 famílias engajadas na atividade, que vem sendo apoiada pelo Governo estadual através, entre outras ações, da organização de feiras, o que facilita a comercialização diretamente pelos produtores. Os resultados econômicos, entretanto, são ainda reduzidos em vista da menor produtividade dos orgânicos, o que tende a melhorar em vista da conscientização da população que tende a aceitar pagar preços mais elevados por produtos de melhor qualidade.

capacitação de mão-de-obra e aquisição de áreas, realização de obras de infraestrutura e de instalações de distritos industriais em Pernambuco.

Em termos de gêneros industriais, quatro segmentos tradicionais da indústria de transformação se destacam na área em análise: metalúrgico, calçados, minerais não-metálicos e têxtil. Outros três gêneros se incluem entre os mais importantes em termos de incentivos: papel e papelão, material elétrico e produtos de materiais plásticos. Estes gêneros representaram cerca de metade dos benefícios concedidos pelo Prodepe para a Zona da Mata e foram responsáveis por 75,2% dos empregos previstos nos projetos aprovados (GALINDO, 2010)). Outro ramo industrial com perspectivas promissoras é farmoquímico, estando em implantação um pólo, onde destaca-se a Hemobras, localizado no município de Goiana.

Vale destacar ainda o Pólo da Indústria Naval, através do Estaleiro Atlântico Sul, que irá acarretar impactos consideráveis sobre a economia do Estado, repercutindo de forma mais direta na região metropolitana do Recife e nos municípios da Zona da Mata próximos ao Complexo de Suape, mais especificamente, Escada, Sirinhaém e Vitória de Santo Antão.

Por conta disso, espera-se que sejam atraídas para estes municípios empresas do ramo de bens de capital, caldeiraria, mobiliário, equipamentos e cutelaria, materiais sanitários, marmoraria, gases industriais, abrasivos etc.

Os municípios da Zona da Mata que se localizam perto do complexo industrial de Suape poderão dispor de uma base variada de atividades econômicas, que devem levar à formação e ao adensamento de cadeias produtivas. Nesse sentido, o município de Escada é estratégico para o desenvolvimento do Estado, de forma que está credenciado naturalmente a se integrar às políticas de planejamento e desenvolvimento para a região no entorno do Complexo Industrial Portuário de Suape.

Outro subsetor relevante é o imobiliário, segmento que registra aumento na sua participação e crescimento anual a taxas maiores que a média dos serviços, estando os determinantes da sua expansão associados principalmente ao processo de urbanização. Segundo Galindo (2010), Palmares é o município mais representativo neste setor, seguido por Timbaúba, Vitória de Santo Antão, Goiana, Carpina e Escada.

Nos serviços é importante destacar a importância do setor de educação, de assistência médica hospitalar, de logística e de transporte (dentre estes com principal relevância o transporte rodoviário). É indiscutível o papel de elevada relevância dos segmentos de transporte e logística duas das atividades que têm apresentado significativa importância dentro do conjunto dos setores de serviços, na medida em que são atividades complementares a quase todas as outras.

Com relação ao turismo a Zona da Mata pernambucana apresenta dois ambientes distintos, o da faixa litorânea e outro mais no interior do Estado onde também se localizava a antiga mata atlântica. O território da

Zona da Mata é predominantemente rural, pois além das principais atividades econômicas terem caráter primário, os costumes da população que ali reside contrastam bastante com o modo de vida da população urbana. É neste ponto que a atividade turística desempenha seu papel, na modalidade rural do turismo. O turismo rural, embora ainda pouco desenvolvido, também tem alguma importância como alternativa econômica para a região, e um dos seus principais reflexos é a geração de empregos direta e indiretamente

Vale aqui referir o que Dubeux e Galindo (2010) consideram um conceito de turismo rural consistente com a realidade da Zona da Mata. Para eles, o turismo rural vem a ser considerado como o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, utilizando mão-de-obra local, caracterizada por alojamentos em propriedades adaptadas de antigos engenhos, em hotéis-fazenda ou pousadas que ofereçam o convívio com a natureza, com a cultura local e possibilitando a prática de lazer e esporte compatível com um *modus vivendi natural*.

Algumas experiências de adaptação de antigos engenhos vêm apresentando êxito aparente. Alguns proprietários de engenhos se uniram e formaram um consócio, o qual oferece serviços diferenciados entre si, ditados pela tradição de cada engenho, eles trabalham em conjunto, compartilhando ativos oferecidos aos visitantes de um empreendimento para outro. Este consócio incentivou a formação da Apeturr – Associação Pernambucana de Turismo Rural e Ecológico, criada em 2002, que atua visando consolidar o turismo rural em Pernambuco, participando de feiras e exposições dentro e fora de Pernambuco, até a realização de gestões junto ao governo estadual para melhoria dos serviços de infraestrutura, como acesso às propriedades, sinalização, comunicação, saneamento, entre outros.

Na Mata Sul, foi formada uma parceria nesta área, a ATCA - Associação Turística Costa dos Arrecifes, formada por um grupo de empresários no segmento de hotelaria, a associação capacita mão-de-obra e atua na busca de soluções que viabilizem um turismo sustentável na região.

Em que pesem os avanços já perceptíveis nessa área, há que se reconhecer que o turismo rural ainda não tem uma dimensão mais relevante, padecendo de limitações postas pelas deficiências de infra-estrutura, de iniciativas empresariais, de divulgação e inserção do mesmo nos roteiros dos turistas atraídos para o litoral, etc. Políticas públicas mais objetivas nesse sentido poderiam ajudar a transpor pelo menos parte dessas dificuldades e fazer-se necessárias, principalmente tendo em conta que o segmento litorâneo do turismo, uma espécie de “primo rico”, tem sido apoiado por políticas bem mais consistentes e com maior volume de recursos envolvidos.

Por outro lado, tendo em conta o turismo litorâneo, há que se registrar que um incremento notável no emprego nos municípios do litoral sul da Zona da Mata ocorre nas atividades de alojamento e alimentação. Os serviços líderes da cadeia constituem-se essencialmente dos meios de hospedagem para os quais estão

voltados os serviços de modo geral, a infraestrutura de apoio e complementares e outros serviços que estejam diretamente vinculados com a demanda final do turista.

Vale ressaltar, entretanto, que há aqui uma limitação de impactos econômicos do turismo, vez que os municípios da Zona da Mata têm uma economia pouco dinâmica, o que leva os grandes empreendimentos turísticos a demandarem insumos e serviços fora dos municípios em seu entorno. Isto porque grandes empresas contam com serviços de logística impecáveis, o que garante a entrega dos produtos demandados quase imediatamente. As limitadas condições de qualidade e a falta segurança de suprimento levam as empresas locais a preferirem um fornecedor de fora, mesmo, eventualmente, pagando mais caro.

Segundo Galindo (2010), apesar da relativa incapacidade da economia local atender à demanda da atividade do turismo na região, a sua natureza permite que haja um impacto significativo da sua renda na economia municipal, na medida em que parte importante das pessoas nela ocupadas possui residência nos próprios municípios, verificando-se uma elevada percentagem de absorção da mão-de-obra local. Essa maior absorção da mão-de-obra faz com que a renda das pessoas que moram em municípios ao entorno dos pólos turístico e industrial cresça e assim a demanda delas por serviços também cresça. Nesse sentido se inserem os serviços educacionais, de saúde e de lazer e entretenimento, transportes, além do comércio varejista.

A diversificação pode, portanto, ser vista na Zona da Mata através das atividades acima analisadas, as quais são mais urbanas que rurais e ainda muito incipientes, embora promissoras em alguns casos. No meio rural, como visto, a cana-de-açúcar continua dominando a cena e travando a diversificação, ao impor-se como atividade que tem por trás de si uma estrutura que bem ou mal funciona em termos de comercialização e de algum retorno econômico para os fornecedores. Apesar de incipiente, deve-se enfatizar que é por essa via que se poderá atingir níveis mais elevados de qualidade de vida da população da área por conta das maiores oportunidades de empregos e de melhores salários que a indústria e os serviços, em geral, tendem a proporcionar.

## **7. Considerações Finais**

Ao longo deste trabalho, foi mostrado um panorama do quadro atual da economia da Zona da Mata de Pernambuco com o objetivo de identificar elementos de continuidade e de mudança. No final das contas, o “mais do mesmo”, ou seja, a continuidade, é bem mais perceptível que o novo e assim são reproduzidas as relações assimétricas que sempre caracterizaram esta economia.

Os sinais de manutenção podem ser vistos no domínio esmagador da cana-de-açúcar quanto à área plantada na Zona da Mata, em suas três micro-regiões e ainda no que diz respeito à geração de empregos, onde os segmentos agricultura e alimentos e bebidas, onde se abriga o setor sucro-alcooleiro, aparece como o maior gerador de vínculos formais de emprego. Para reafirmar o mais do mesmo contribui, sem dúvida, a

retomada em moldes mais atualizados do ponto de vista tecnológico e gerencial do segmento agroindustrial da cana-de-açúcar, atrelado que é ao desempenho favorável dos mercados consumidores de açúcar, álcool e de energia, que levam as usinas remanescentes na região a retomarem investimentos e a ampliarem a área de cana, em sintonia com a expectativa de colherem lucros e consolidarem suas posições no ambiente mais estável que se afigura para o segmento.

Vale notar também que a possibilidade de diversificar a área plantada com culturas alimentícias ou para processamento industrial nos assentamentos de reforma agrária está sendo frustrada por conta de dificuldades do lado da comercialização, da assistência técnica e do crédito. Com isso, as famílias assentadas mantêm boa parte de suas áreas com a plantação de cana e ainda participam muitas vezes do processo produtivo da mesma, fora de seus lotes, como assalariados sazonais empregados nas tarefas de corte.

Ao fazerem isso, vale ressaltar, as unidades produtivas do segmento sucro-alcooleiro reafirmam o padrão histórico de extração de sobretrabalho de pequenos produtores familiares, enquanto ampliam a área de canas próprias como forma de compensar, ao menos parcialmente, as desvantagens relativas de custo face à menor favorabilidade das condições de produção postas pelo relevo mais acidentado e pelo regime de chuvas não tão adequado em parte considerável da região.

Nesse contexto, a mudança vem vindo de forma lenta, embora seja perceptível, mais nos espaços urbanos, o que poderá, a mais longo prazo, contribuir para um melhor padrão de ocupação da mão-de-obra disponível e hoje refletida em taxas de desemprego sazonal bastante elevadas.

A perspectiva de um melhor padrão de qualidade de vida, que poderá advir da diversificação de atividades no meio urbano, nessa região, entretanto, depende muito da manutenção do quadro mais geral de dinamismo observado na economia de Pernambuco, onde os investimentos industriais e nos serviços vêm despontando e se afirmando, com desdobramentos que estão já perceptíveis em algumas cidades da Mata, seja em projetos industriais ou de serviços, seja em repercussões indiretas nos setores de comércio varejista, educacional, imobiliário, etc. Para isso, há necessidade de continuidade e intensificação de medidas de política econômica, estaduais e federais, que viabilizem a maior atratividade da região aos investimentos.

Afora isso, deve-se aqui destacar a necessidade de melhor estruturação e de geração de alternativas mais rentáveis para a diversificação produtiva a partir dos assentamentos da reforma agrária, com base em melhor assistência técnica e apoio à comercialização de culturas alimentícias, ou mesmo de outras voltadas para o processamento industrial, além da reformulação da própria política de reforma agrária no sentido de ampliar o tamanho dos lotes dos assentados, tornando-os mais próximos dos 15 hectares considerados como mínimos para o sustento das famílias assentadas.



## BIBLIOGRAFIA

- CARLINI JÚNIOR, R. J. et al, s/d, **Alternativa de Diversificação Econômica para a Zona da Mata do Estado de Pernambuco: o Caso das Flores Tropicais**, em <http://www.sober.org.br/palestra/2/1090.pdf>, acesso em 31/10/10.
- CARLINI JÚNIOR, R. J, SILVA, F. J da e LISBOA FILHO, W, 2004. **A pluriatividade da zona da mata de Pernambuco: o turismo rural como uma viável alternativa econômica**, em **Revista Brasileira de Gestão de Negócios, Ano 6, número 15, ago.**
- CARVALHO, C. P. de O., 2002, **Novas Estratégias Competitivas para o Novo Ambiente Institucional: o Caso do Setor Sucroalcooleiro em Alagoas – 1990/2001**, em Moraes, M. A. F. D. de, e Shikida, P. F. A. (Orgs.), **A Agroindústria Canavieira no Brasil**, São Paulo: Atlas.
- DUBAUX, A. e GALINDO, O., 2010, **O Turismo: da Área Rural ao Litoral**, em GALINDO, O. (Org.) 2010.
- FURTADO, C. , 1959, **Formação Econômica do Brasil**, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- GALINDO, O. (Org.), 2010, **Zona da Mata Pernambucana: uma Economia em Transformação**, Recife: Massangana (no prelo).
- KAKOVICZ, J., 2010, **Orgânicos Mudam Vidas em Goiana**, Recife: Diário de Pernambuco, 06/10/2010.
- LIMA, J. P. R., 1998, **The National Alcohol Programme, State and Capitalism in Northeast Brazil**, Ph. D. Thesis, University College London, Londres: London University.
- LIMA, J.P.R., 2006, **Cachaça artesanal e vinhos finos no nordeste: desafios, potencialidades e indicações de políticas**, Revista Econômica do Nordeste, v.37, p.609 - 628, 2006.
- LIMA, J. P. R. e CAVALCANTI, C. M. L., 2001, **Do engenho para o mundo? A produção de rapadura no Nordeste: características, perspectivas e indicação de políticas**. Revista Econômica do Nordeste, v.32, p.950 – 973.
- LIMA, J. P. R. e SICSÚ, A. B., 2002, **Zona da Mata Pernambucana: Diversificação Produtiva ou Retomada da Cana-de-açúcar?**, em Moraes, M. A. F. D. de, e Shikida, P. F. A. (Orgs.), **A Agroindústria Canavieira no Brasil**, São Paulo: Atlas.
- NASTARI, P., 2010, **Preço do Açúcar volta a aumentar no mercado internacional**, Folha de São Paulo, 17/09/10.
- PEREIRA, J. M. e SOUZA, M. M. M. de, s/d, **Resultados Econômicos dos Assentamentos Rurais da Zona da Mata de Pernambuco**, em <http://www.sober.org.br/palestra/12/110473.pdf>, acesso em 28/10/2010.
- SICSÚ, A. B., KELNER, S. e FERREIRA, S., 2010, **Indústrias Sucroalcooleiras de Pernambuco: mudanças recentes e seus impactos econômicos**.
- SEBRAE-PE. **Projeto Setorial Integrado de Promoção das Exportações de Flores e Folhagens de Corte de Pernambuco – PSI**. Recife, 2003.
- SILVA JÚNIOR, J. P. e MACHADO, M. R. I. de M., 2008, **Assentamentos de Reforma Agrária na Zona Canavieira de Pernambuco: Monopolização das Usinas nos Territórios Camponeses**, [http://ega2009.easyplanners.info/area06/6512\\_DA\\_SILVA\\_JUNIOR\\_JOSE\\_PLACIDO\\_.pdf](http://ega2009.easyplanners.info/area06/6512_DA_SILVA_JUNIOR_JOSE_PLACIDO_.pdf), acesso em 28/10/2010.
- VIDAL, M. F. e GONÇALVES, M. F., 2008, **Produção de cachaça na área de jurisdição do BNB: Mercado e estrutura da cadeia produtiva**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

## SITES CONSULTADOS:

- [www.sindicucar.com.br/?acao=estatisticas](http://www.sindicucar.com.br/?acao=estatisticas).
- [www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=18&i=P](http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=18&i=P).
- [WWW.unica.com.br/Estatisticas](http://WWW.unica.com.br/Estatisticas)